

Erros de digitação ou digitação de erros?

Uma análise linguística das notícias factuais da editoria *Cidades* do jornal *Super Notícia*

Fabricio Henriques Miguez Dias¹

Resumo: O grande desafio do jornalista é escrever um texto claro, conciso e compreensível para qualquer público, desde que não seja produzido em desacordo com a variedade padrão da língua portuguesa. Este artigo estabelece uma diferença entre os erros de redação publicados nas notícias factuais do tipo *Tit 3* da editoria *Cidades* do jornal *Super Notícia*, durante o período de novembro de 2009 a fevereiro de 2010. As inadequações encontradas no *corpus* são divididas entre *erros de digitação* e *digitação de erros*. A primeira modalidade compreende as falhas dos jornalistas ao digitar uma palavra durante o processo de escrita da notícia. O segundo tipo se refere aos erros conceituais cometidos pelos repórteres, que produzem textos divergentes da norma culta.

Palavras-chave: redação jornalística, discurso, mídia, erros, digitação

Abstract: The great journalist's challenge is to write a concise, clear and understandable text to all audiences, unless it is not produced in violation of the standard variety of portuguese language. This article makes a distinction between mistakes in writing published in the hard news of the kind *Tit 3*, from de editor *Cidades* of the journal *Super Notícia*, during the period from november 2009 to february 2010. The inadequacies found in the *corpus* are divided between *misspellings* and *typing errors*. The first category includes the failure of journalists to enter a word during the process of writing the news. The second type refers to the conceptual mistakes made by reporters who produce texts of differing cultural norms.

Key-words: journalistic writing, discourse, media, mistakes, typing

¹ Licenciado em letras pela PUC Minas; bacharel em jornalismo pelo Uni-BH; pós-graduando em Língua Portuguesa na UFMG; professor nos colégios Padre Eustáquio e Santa Maria; fabriciomiguez@ig.com.br.

Introdução

O discurso das mídias está pautado inegavelmente no ato de informar, entendido como a transmissão de um saber por meio de uma linguagem. Essa atividade se estabelece basicamente através de um *emissor*, responsável por codificar a mensagem, e de um *receptor*, cuja função recai sobre a decodificação da informação. Entretanto, essa relação não é linear, pois há diversos fatores de ordem interacional que devem ser levados em consideração durante o processo de produção de sentido. Segundo Charaudeau (2006),

A informação é pura enunciação. Ela constrói saber e, como todo saber, depende ao mesmo tempo do campo de conhecimentos que o circunscreve, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo no qual é posta em funcionamento. (CHARAUDEAU, 2006, p.36).

A construção desse saber, portanto, é um produto da ação humana, que se materializa através da linguagem. O que se pretende com esse processo comunicacional, sobretudo no jornalismo, é ‘recortar’ os eventos e elevá-los a um nível maior de significação, tornando-os objetos de descrição do mundo. Para Charaudeau (2006),

Os saberes de conhecimento são aqueles que procedem de uma representação racionalizada da existência dos seres e dos fenômenos sensíveis do mundo. Trata-se, para o homem, de tentar tornar o mundo inteligível, colocando marcas no *continuum* de sua materialidade, determinando fronteiras que permitam distinguir o que é semelhante do que é diferente, estabelecendo relações de contiguidade e de substituição entre os elementos apreendidos, para estabelecer hierarquias, conjuntos e subconjuntos, isto é, construir taxionomias. (CHARAUDEAU, 2006, p. 43-44).

Esse ato de representar o mundo através do relato do que aconteceu é denominado *evenemencial* por Charaudeau (2006, p. 45), que explica que “a percepção mental é determinada pela descrição do que ocorre ou ocorreu, isto é, do que modifica o estado do mundo.” Tal definição é constituída pelo atributo da verossimilhança, aproximando o evento da sua própria representação. De acordo com Charaudeau (2006),

[...] Quando esse tipo de percepção e de descrição se inscreve numa enunciação informativa, serve para fazer ver ou imaginar (através de uma reconstituição) o que se passa ou se passou, chamando a atenção ora para o próprio processo da ação (um acidente, um bombardeio, a assinatura de um ato de paz), ora para uma declaração (entrevista coletiva, discursos oficiais, trecho de entrevista), ora para a identificação dos atores implicados (o agente, as vítimas ou beneficiários, os aliados ou oponentes), ora para as circunstâncias materiais (no espaço e/ou no tempo). (CHARAUDEAU, 2006, p. 45).

Baseando-se nessas propriedades, pressupõe-se que a produção de texto no âmbito jornalístico tenha uma linguagem clara, direta, objetiva e de fácil entendimento. Isso se deve ao fato de que o emissor produz determinado texto ancorado em seu público-alvo, cujo perfil de leitores em potencial está amplamente indefinido. Segundo Erbolato (1991), o leitor-modelo, a quem se destinam as produções jornalísticas, é muito vasto, abrangendo todos os níveis da sociedade.

Os jornais se destinam à massa e, ao serem preparados, ignora-se a quem chegarão os seus exemplares, que tanto poderão ser lidos pelo Presidente da República, ministros, senadores, governadores, deputados, prefeitos, vereadores, embaixadores e cientistas quanto por pessoas humildes, das classes populares e apenas com o curso primário. A linguagem, portanto, deve ser correta e acessível a todos. (ERBOLATO, 1991, p. 90).

Estabelecer um público-alvo bem definido é uma tarefa difícil, principalmente para os periódicos de grande circulação em todo o país. Essa posição também é defendida por Lage (2001, p.40), que acrescenta que “a situação corrente em jornalismo é a de um emissor falando a grande número de receptores. Tais receptores formam um conjunto disperso e não-identificado [...]”

1 A linguagem jornalística

A linguagem jornalística é definida por Lage (2001) com base em três restrições: os *registros de linguagem*, o *processo de comunicação* e os *compromissos ideológicos*. Em relação aos *registros de linguagem*, o autor afirma que os discursos especializados e as variantes linguísticas regionais sustentam a heterogeneidade de uma língua. Além desses usos, há dois registros que interferem nos atos comunicacionais: “o *formal*, próprio da modalidade escrita e das situações tensas, e o *coloquial*, que compreende as expressões correntes na modalidade falada, na conversa familiar, entre amigos.” (LAGE, 2001, p. 36, grifo do autor).

Observa-se, no entanto, que o uso de cada registro ocorre de acordo com as situações sociais estabelecidas pelos informantes linguísticos na interação comunicativa. Lage (2001, p. 36) afirma que “a linguagem formal é mais durável e tende a preservar usos linguísticos do passado. [...] é uma espécie de segundo idioma que aprendemos e que pode servir como índice

de ascensão social.” Apesar de ter menos prestígio perante a sociedade, o registro informal pode ser considerado um ‘espelho’ da língua falada pelos usuários no dia a dia.

De acordo com Lage (2001, p. 36-37), “a linguagem coloquial é espontânea, de raiz materna, reflete a realidade comunitária, regional, imediata [...]”. Como no jornalismo, de uma forma geral, o perfil de leitores é ilimitado, o autor enfatiza que a opção por utilizar a linguagem informal nos textos jornalísticos é mais sensata. Isso se deve ao fato de que o registro coloquial atinge mais leitores e, com isso, permite uma maior aceitação do público.

Do ponto de vista da eficiência da comunicação, o registro coloquial seria sempre preferível. É mais acessível para as pessoas de pouca escolaridade e, mesmo para as que estudaram ou lidam constantemente com a linguagem formal, permite mais rápida fruição e maior expressividade. (LAGE, 2001, p. 37).

Entretanto, vale ressaltar que a linguagem coloquial deve ser empregada na imprensa escrita desde que a comunicabilidade não seja afetada, ou seja, desde que não haja erros formais e desvios da norma culta que prejudiquem o processo de leitura.

Em segundo lugar, ao descrever o *processo de comunicação*, Lage (2001, p. 39) considera que “a comunicação jornalística é, por definição, referencial, isto é, fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si.” Isso quer dizer que o jornalismo, por natureza, tem a função de elencar os fatos e reportá-los ao mundo da comunicação. Tais acontecimentos são inerentes e ocorrem sem que haja a influência tanto do emissor quanto do receptor, ou seja, os eventos ocorrem por fatores externos a eles.

A terceira restrição apresentada por Lage (2001, p. 42) para definir a linguagem jornalística são *os compromissos ideológicos*, já que “as grandes e pequenas questões da ideologia estão presentes na linguagem jornalística, porque não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico.” O autor ressalta que a língua serve de instrumento para agir socialmente, identificando a cultura como ‘o espaço da identidade humana’. Para estabelecer relações de poder, o indivíduo age linguisticamente através de eufemismo e metáforas, além de poder alterar o signo linguístico para alcançar um novo significado, provocando ambiguidades.

2 A linguagem no jornalismo impresso

Para padronizar a redação do texto jornalístico impresso, os grandes veículos de comunicação passaram a adotar, a partir da década de 50, manuais de redação e de estilo, também chamados de *stylebooks*. Esses livros, produzidos pelos próprios periódicos, tinham como objetivo estabelecer orientações para o trabalho do jornalista, desde sistematizar regras gramaticais até determinar a conduta ética e moral do repórter. Segundo Lage (2001), os manuais de redação

[...] atendiam, por um lado, à necessidade de generalizar procedimentos de técnica de redação que estavam sendo adaptados de modelos estrangeiros; de outro, à ausência de critérios estabelecidos para a solução de muitos problemas ortográficos, desde o uso de maiúsculas até a grafia de nomes originalmente escritos com ideogramas ou em alfabeto não-latino: chinês, japonês, russo, hebraico, árabe etc. (LAGE, 2001, p. 50).

A utilização dessas edições colabora para que as recomendações dadas ao jornalista sejam aplicadas no momento da redação e da edição do texto informativo. Dessa forma, o repórter obedece a alguns princípios básicos que nortearão a sua prática profissional e contribuirão para a excelência da atividade jornalística. Sobre o tratamento informal dado ao texto impresso, o Manual de Redação da Folha de S. Paulo (2006) afirma que o registro coloquial aproxima o leitor da linguagem do dia a dia, mas esse estilo corriqueiro tem de ter o cuidado para não afastá-lo por causa do uso de vocábulos cujo significado ainda é desconhecido.

O texto de jornal deve ter estilo próximo da linguagem cotidiana, sem deixar de ser fiel à norma culta, evitando erros gramaticais, gíria, vulgaridade e deselegância. Escolha a palavra mais simples e a expressão mais direta e clara possível, sem tornar o texto impreciso. Palavras difíceis e construções rebuscadas dificultam a comunicação e tornam o texto pedante [...]. (FOLHA DE S. PAULO, 2006, p. 77).

Nesse sentido, o que se propõe é que, quanto mais as palavras forem usuais, mais fácil e dinâmica será a interpretação do texto por parte do leitor. A comunicação não deve ser prejudicada em função da utilização de palavras e expressões pouco conhecidas.

3 O texto no jornalismo impresso

O texto informativo, com características bastante peculiares, também requer que o leitor tenha conhecimentos de mundo já internalizados para que consiga interpretá-lo completamente e de modo mais eficaz. De acordo com Perini (2005), a produção de sentido é um processo e necessita de algumas estratégias de leitura para uma compreensão global do texto.

Entender um texto informativo é retirar dele informações e integrá-las em um sistema de conhecimentos preexistente na memória, de modo a construir uma espécie de “paisagem mental” coerente e ancorada em conhecimentos prévios. Sabe-se que esse processo depende crucialmente da participação ativa do leitor, que, longe de ser um simples receptáculo para a informação do texto, colabora ativamente na construção da paisagem mental. Isso se verifica desde os níveis mais restritos (identificação das letras do alfabeto, por exemplo) até os mais abrangentes (compreensão do tópico central, dos subtópicos do texto e das relações entre eles). (PERINI, 2005, p. 37).

Com a interação do leitor de forma ativa, pode-se entender um texto informativo em seu sentido macro, além de conhecer as estruturas mínimas da materialidade linguística. Mais do que fazer uma leitura linear do texto, é possível gerar diversas deduções a partir da estrutura textual.

Um texto bem compreendido permite, ainda, a formulação de inferências de caráter lógico ou de expectativas de diversos tipos. O resultado é, portanto, um sistema de informações extremamente rico e complexo. Aí reside a grande força do texto escrito, e aí estão igualmente os grandes problemas do leitor. (PERINI, 2005, p. 37).

O conhecimento prévio do leitor é de grande importância para o processo de interpretação do texto. Segundo Perini (2005), o receptor deverá ativar várias informações sobre a natureza textual a fim de concentrá-las em uma única e coerente imagem mental. Para que a produção de sentido seja completa, o autor destaca que o texto informativo tem caráter objetivo, não devendo ser interpretado subjetivamente.

É importante enfatizar que o texto informativo é, em intenção, unívoco, ou seja, pretende veicular uma mensagem que não deve variar de leitor para leitor. Procura-se excluir, desde logo, qualquer interpretação subjetiva ou pessoal – muito ao contrário do texto literário, que é frequentemente concebido como “causa potencial de experiências”, isto é, como a “obra aberta” de que fala Umberto Eco. O texto informativo é, na medida do possível, um exemplo de “obra fechada”. (PERINI, 2005, p. 39).

Observa-se claramente a função tanto do emissor quanto do receptor de um texto informativo quando Perini (2005) o compara a uma ‘obra fechada’. O produtor textual deve repassar ao leitor informações claras e objetivas, suficientemente precisas para que a mensagem não varie entre os mais diversos perfis de receptores. Em contrapartida, quem lê um texto informativo não deve criar significados diferentes das interpretações comumente extraídas da materialidade linguística.

O texto produzido para a imprensa escrita tem uma natureza diferente em relação aos demais gêneros textuais. Ao construir um texto jornalístico, o produtor sistematiza e faz emergir

diversas características linguísticas e pragmáticas, com base na finalidade textual. Essa especificidade é apontada por Squarisi e Salvador (2007), que ressaltam que o leitor-modelo deve ser levado em conta, justamente para que haja uma leitura mais fluente.

Existe texto jornalístico? Existe. Ele se enquadra entre as redações profissionais. É feito para ser lido, entendido e, se possível, apreciado. O jornalista [...] escreve de olho no destinatário. E aí reside a diferença. O desafio do repórter é se fazer entender por todos. Quem – apesar das diferenças – se aventura a ler uma reportagem, entrevista ou comentário deve ter a impressão de que o texto foi escrito para ele. (SQUARISI; SALVADOR, 2007, p. 21-22).

As autoras explicam que, para se redigir um bom texto jornalístico, são necessários três critérios fundamentais: *linguagem clara, informações precisas e estilo atraente*. Para Squarisi e Salvador (2007, p. 22), “há técnicas simples e práticas [que] [...] nasceram do bom senso e da experiência de jornalistas e escritores que, provocados, encontraram respostas para o grande desafio: escrever para o leitor.”

4 Língua portuguesa e redação jornalística

A redação jornalística e o respeito à língua materna são temáticas discutidas com bastante ênfase por Noblat (2008), que defende a posição de que os profissionais do texto, notadamente os jornalistas, devem saber se expressar de forma eficiente e de acordo com a variedade padrão da língua. Noblat (2008, p. 78) enfatiza que “o mínimo, pois, que se espera de um jornalista ou de alguém portador de tal título é que saiba lidar com sua principal ferramenta de trabalho: o idioma”.

Com bastante ironia, o autor enfatiza que o trato com o idioma é de fundamental importância para a prática jornalística e saber se expressar de acordo com a variedade padrão da língua portuguesa é uma obrigação para quem escolheu o jornalismo como área de atuação.

Ninguém será guilhotinado na praça da Bastilha por não saber escrever português direito. Primeiro, porque não se tem notícia de uma praça com esse nome no Brasil. Segundo, porque infelizmente aposentaram a guilhotina até mesmo no país em que foi inventada. Mas ninguém é obrigado a trabalhar em jornal ou em qualquer outro lugar que exija bom texto se não souber expressar-se em português. Sei que muitos de vocês não se deram conta da obrigação de escrever bem para quem vive de escrever. Ainda não é tarde. Se descobrirem, antes que alguém descubra por vocês, que lhes falta intimidade com as letras, aprendam rapidinho se puderem. Se não puderem, digam que vão ali, voltam já e não voltem. (NOBLAT, 2008, p. 77).

Como ressalta o autor no trecho acima, o exercício da redação jornalística é laborioso e requer muita prática. Segundo Noblat (2008, p. 79-80), “escrever é um suplício para quem gosta de escrever. E para quem leva a sério a tarefa. [...] Dá prazer ler um texto bem escrito. Escrevê-lo não dá prazer. Dá trabalho [...]”. Entretanto, o jornalista identifica algumas qualidades inerentes a um bom texto, que, se forem seguidas e aplicadas, contribuirão para que a redação jornalística fique mais clara e objetiva.

Segundo Noblat (2008), é preciso relatar o fato em poucas palavras e construir frases curtas, com simplicidade e na ordem direta. Para isso, é necessário que repórter seja bastante conciso, sem deixar o texto vago. Apesar de não existir um modelo de uma boa escrita, o autor revela que a clareza é fator essencial para a redação na imprensa escrita, pois “o jornalista reporta o que viu e torna o conhecimento mais complexo acessível às pessoas comuns. É da perspectiva dessas pessoas que ele tem de enxergar os fatos e traduzi-los depois.” (NOBLAT, 2008, p. 81).

Erbolato (1991, p. 91) contribui com essa posição ao dizer justamente que “o importante da comunicação é fazer-se entender. O melhor conhecedor do vernáculo, mas que tenha um estilo difícil e se utilize de palavras pouco conhecidas, não será, em tempo algum, bom jornalista.”

Outro fator relevante a ser discutido é o uso de um bom vocabulário na redação dos textos informativos. Noblat (2008) critica a falta de conhecimento das palavras da língua portuguesa por parte dos jornalistas, cuja insuficiência pode afetar o prazer da leitura. Segundo o autor, não há a possibilidade de praticar uma boa escrita jornalística sem conhecer de maneira satisfatória o vocabulário da língua materna. O pouco conhecimento lexical, inevitavelmente, causará repetições no decorrer do texto, o que pode afastar o leitor do contato com o jornal. Para Noblat (2008, p. 82), “se meu vocabulário é rico, posso variar o uso das palavras e empregá-las com maior correção. Só não devo apelar para palavras desconhecidas ou de uso pouco frequente.”

O conhecimento prévio do jornalista influencia bastante na escrita das notícias, principalmente em relação aos profissionais em início de carreira. Noblat (2008) acrescenta que o repórter não deve utilizar a redação como espaço para sanar essa deficiência.

A redação não é o lugar adequado para aprender a escrever. Primeiro porque nela tudo é feito às pressas e ninguém tem muito tempo para ensinar o que quer que seja a outros. Segundo porque há gente na redação que também não sabe escrever. Se forem espertos e bons observadores, recém-formados admitidos em um jornal podem aprender as técnicas para redigir uma notícia, uma reportagem, um artigo. Mas já devem saber escrever bem. Bem, não. Muito bem. (NOBLAT, 2008, p. 77).

O autor constata que ainda há muito que se fazer para que a redação jornalística cumpra o seu papel informacional, sem que haja distorções gramaticais e falhas em relação ao uso da variedade padrão da língua portuguesa. Entretanto, o fator *tempo* não pode ser desconsiderado na rotina de produção da notícia. Para Pereira Junior (2009),

A pressão do tempo exerce um peso sobre o trabalho jornalístico em vários níveis. O ritmo do trabalho é cíclico – tudo recomeça do zero mal a edição anterior é finalizada. A necessidade de chegar ao consumidor em intervalos periódicos, de modo a induzir um hábito de consumo do produto, impõe um compromisso com a atualidade dos relatos, criando um sentido de urgência muito particular. (PEREIRA JUNIOR, 2009, p. 86).

A ‘luta contra o relógio’ fez com que os veículos de comunicação estabelecessem práticas de cobertura dos acontecimentos que fossem suficientemente adequadas tanto para eventos corriqueiros quanto para fatos imprevisíveis. O desafio das mídias impressas, portanto, é se organizarem de tal maneira que seja assegurada a qualidade da informação transmitida.

5 De quem é a ‘culpa’?

Para efeito de análise, estabeleceu-se a distinção entre os dois motivos que causam os erros na redação das notícias factuais da editoria *Cidades* do jornal *Super Notícia*. A ‘culpa’ é dividida entre o *teclado*, metaforicamente ligada a um erro no momento da digitação da palavra, e o *jornalista*, atrelada à ausência de aplicação de regras gramaticais por parte do produtor do texto.

5.1 A ‘culpa’ é do jornalista

A ‘culpa’ dos erros da imprensa escrita é dada ao jornalista, que, sem aplicar as regras da gramática da língua portuguesa, produz textos fora da variedade padrão. Essas inadequações,

intituladas *digitação de erros*, são discutidas e comprovadas normativamente, com base em dicionários e manuais de redação, além de gramáticas escolares.

5.2 A ‘culpa’ é do teclado

No cotidiano das redações, um dos fatores que contribuem para que haja erros na escrita das notícias é o *tempo*. De modo geral, os jornalistas têm de apurar a informação, checar a fonte, fazer a entrevista e, por fim, redigir a matéria. Durante todo esse percurso, alguns erros podem ocorrer sem que o repórter os reconheça. E, na etapa final, eles são mais perceptíveis, principalmente ‘aos olhos do leitor’.

Com a pressa para terminar a redação da notícia em função do *deadline*¹, o jornalista pode se descuidar e digitar uma palavra incorretamente, aumentando ou diminuindo a quantidade de letras, além de trocá-las de posição etc. Esse conjunto de ações é denominado *erros de digitação* e está associado ao teclado, acessório pelo qual o repórter constrói o texto da notícia.

6 Em busca do erro perdido

Este artigo tem como base o meu trabalho de conclusão de curso, apresentado publicamente ao Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH), no dia 1º de dezembro de 2010, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em jornalismo. O objeto empírico dessa pesquisa é formado por 118 edições do jornal *Super Notícia*, compreendidas entre 1º de novembro de 2009 e 28 de fevereiro de 2010. De todo esse período, não houve edição apenas nos dias 25 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2010.

Escolheu-se a editoria *Cidades* por ser factual e por estar ligada à pressão do tempo, fator que pode modificar as circunstâncias da escrita do jornalista devido ao fechamento da edição. O caderno selecionado possui notícias cujos formatos são segmentados em três tipos: *Abres*, *Breves* e *Tits*, notadamente termos técnicos do periódico.

¹ Hora ou momento de fechamento de um jornal. Instante até o qual serão aceitos originais para remessa ao setor de composição. (ERBOLATO, 1991, p. 243)

Para o *corpus* analisado na pesquisa original, foram escolhidos apenas os *Tits 3* factuais, que são notícias secundárias com três colunas de texto, com chapéu², título e corpo de texto, porém sem foto e/ou olho³, cujos tamanhos variam entre cerca de 400 e 1.400 caracteres. Ao todo, foram encontradas cem notícias no formato selecionado.

Por uma razão de extensão do trabalho, serão apresentados neste artigo, a título de exemplificação, somente alguns casos que foram discutidos na minha monografia. Em respeito aos jornalistas e por motivo de total sigilo e anonimato, as assinaturas de cada repórter nas notícias selecionadas foram cobertas por uma tarja branca.

6.1 Erros de digitação

Conforme discutido anteriormente, analisam-se aqui os erros cometidos pelos jornalistas na hora da digitação de uma palavra. Nesses casos, não há como explicar essas inadequações normativamente, já que são formações aleatórias. Portanto, é feita apenas uma descrição do erro.

6.1.1 Acréscimo de vogal entre sílabas

Observa-se no exemplo abaixo que a palavra *construção* foi digitada incorretamente por causa da inserção da vogal *a* entre as sílabas *tru* e *ção*, gerando a forma *contruação*, que não é dicionarizada.

² Tem vários nomes. Antetítulo, sobretítulo, linha fina, título-assunto, epígrafe e por aí vai. Qualquer que seja o batismo, o fato é que, ao preceder o título, o chapéu serve para antecipar e territorializar a informação central da notícia. Chapéus são sucintos, genéricos, ocupam o espaço de uma frase, no máximo uma linha, mas frequentemente se expressam por um único termo. Geralmente, ampliam a ideia central ou a contextualizam. (PEREIRA JUNIOR, 2009, p. 147).

³ O “olho” completa a informação titulada. Seu nome vem da aparência, pelo menos na versão clássica: poucas linhas e pequena largura, quase no formato de um olho humano. Ele atualiza e contextualiza um título, detalhando-o. Não repete fatos titulados ou palavras já usadas no título e no chapéu. Pode, ainda, destacar uma frase significativa contida no texto. (PEREIRA JUNIOR, 2009, p. 151).



Figura 1: Erros de digitação – acréscimo de vogal entre sílabas (*Super Notícia*, 15/12/2009)

6.1.2 Letra minúscula em início de oração

Por definição, toda frase se inicia com o uso de uma letra maiúscula, mas neste exemplo houve um erro ao digitar o artigo definido masculino singular *o* em letra minúscula ou em caixa-baixa.



Figura 2: Erros de digitação – letra minúscula em início de oração (*Super Notícia*, 08/12/2009)

6.1.3 Redobro de ponto final

Na notícia abaixo, percebe-se que o produtor do texto digitou em duplicidade o ponto final, estabelecendo claramente um *erro de digitação*.

Em língua portuguesa, não há razão para o uso duplo desse sinal de pontuação. Um leitor mais desatento pode pensar até que houve a tentativa do emprego das reticências, sinal gráfico subjetivo que indica continuidade, prolongamento etc.

Entretanto, não existem motivos para o uso desse recurso, já que a linguagem jornalística deve ser clara e objetiva, além de as reticências possuírem três pontos consecutivos, e não apenas dois, como está exemplificado na ocorrência abaixo.



Figura 3: Erros de digitação – redobro de ponto final (*Super Notícia*, 08/12/2009)

6.2 Digitação de erros

Nesta seção são descritos os erros conceituais cometidos pelos jornalistas no momento da produção textual. A análise, feita com base em dicionários, manuais de redação e gramáticas da língua portuguesa, quer evidenciar a deficiência desses profissionais em relação à aplicação das regras do nosso idioma, resultando em textos fora da variedade padrão.

6.2.1 Alternância de pronome relativo

De acordo com Cegalla (2008, p. 184), os pronomes relativos “são palavras que representam substantivos já referidos, com os quais estão relacionados”.

O que se vê, porém, é que o pronome invariável *que* foi utilizado para representar uma pessoa, no caso da notícia, *uma adolescente*. Segundo Cegalla (2008, p. 185), “o pronome relativo *quem* só se aplica a pessoas, tem antecedente, vem sempre precedido de preposição e equivale a *o qual*”. (Grifo do autor).

Portanto, houve uma mudança do pronome *quem*, que deveria ser utilizado no lugar do pronome *que*.



Figura 4: Digitação de erros – alternância de pronome relativo (*Super Notícia*, 01/11/2009)

6.2.2 Ênclise inadequada

A ênclise é um tipo de colocação em que os pronomes oblíquos átonos se posicionam após o verbo. Na notícia em destaque, vê-se que o pronome *se* está posposto ao verbo *sentia*; entretanto, há uma inadequação nessa colocação, pois antes do verbo há a conjunção subordinativa *porque*.

De acordo com Cegalla (2008, p. 539), “a próclise será de rigor [...] quando antes do verbo houver, na oração, palavras que possam atrair o pronome átono. Tais palavras são

principalmente [...] as conjunções subordinativas.” Portanto, a colocação pronominal correta seria anteposta ao verbo, formando a construção [...] *porque se sentia* [...]. (Grifo meu).



Figura 5: *Digitação de erros* – ênclise inadequada (*Super Notícia*, 03/12/2009)

6.2.3 *Uso de crase diante de pronome pessoal do caso reto*

Segundo Cegalla (2008, p. 277-278), “não havendo o artigo *a(s)* antes do termo dependente, é evidente que não pode ocorrer a crase. Por isso não se acentua o *a* [...] diante de artigos indefinidos e de pronomes pessoais [...]” (Grifo do autor). Dessa forma, o emprego da crase diante do pronome pessoal do caso reto *ela* está inadequado. A forma correta seria a preposição simples *a*.



Figura 6: *Digitação de erros* – uso de crase diante de pronome pessoal do caso reto (*Super Notícia*, 15/11/2009)

7 'No fim das contas'

Depois da análise de cada tipo de erro, é feita, nesta parte, a quantificação das ocorrências, com base em todo o período selecionado.

O gráfico 1 mostra um resumo dos erros de todo o *corpus*. Observa-se que há uma diferença considerável entre os dois tipos de inadequação. Houve apenas 20 casos de *erros de digitação*, o que corresponde a somente 9% de todo o objeto empírico; entretanto, foram encontrados 215 exemplos de *digitação de erros*, que contribuem com 91% das inadequações analisadas nesta pesquisa. A comparação abaixo demonstra que os jornalistas cometem menos erros ao digitar uma palavra, mas evidencia que os repórteres não aplicam corretamente as regras da gramática da língua portuguesa, produzindo textos fora da variedade padrão.

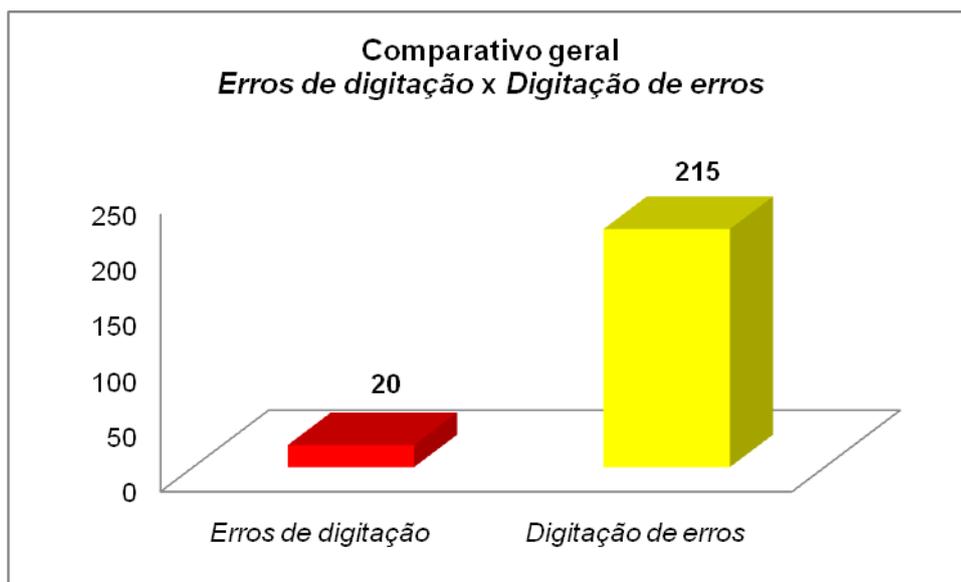


Gráfico 1 – Comparativo geral entre *Erros de digitação* e *Digitação de erros*

Levando-se em consideração o *corpus* original, o gráfico 2 faz um comparativo entre os dois tipos de erros ao longo dos quatro meses selecionados. Nota-se que, em ambas as modalidades, houve um decréscimo da quantidade de erros encontrados.

Nos *erros de digitação*, de um mês para o outro, ocorreu a queda de apenas um erro, exceto o período de dezembro de 2009 a janeiro de 2010, em que a diminuição foi de dois erros.

Na *digitação de erros*, a maior redução aconteceu de novembro a dezembro de 2009, com 14 exemplos. Entre os meses de dezembro de 2009 a janeiro de 2010, houve um aumento de apenas um erro. No período seguinte, as ocorrências continuaram diminuindo, passando de 52 para 47 casos.

Verifica-se, no decorrer do tempo, que a maior concentração de erros, seja de qualquer modalidade, está no mês de novembro de 2009. Em contrapartida, o menor índice de *erros de digitação* e de *digitação de erros* encontra-se em fevereiro de 2010.

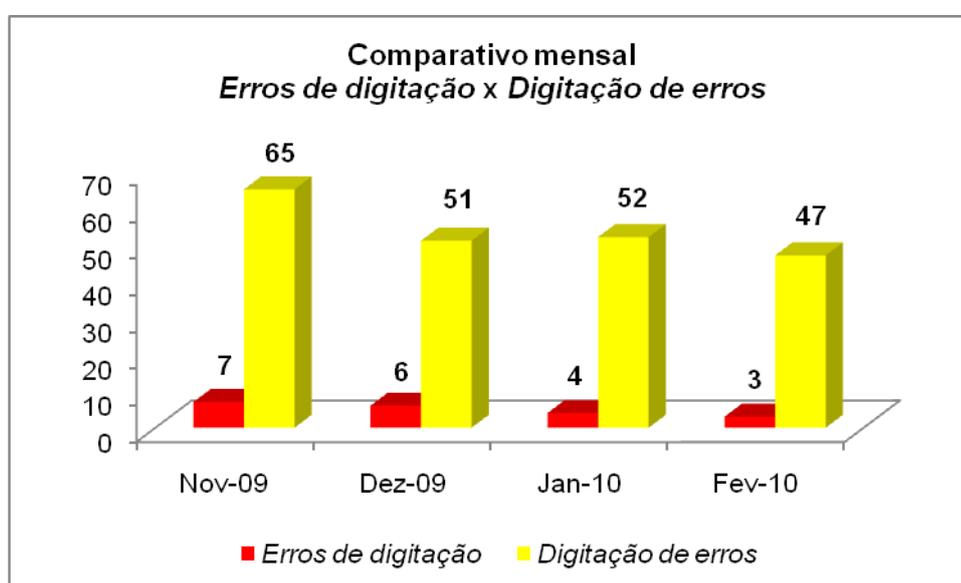


Gráfico 2 – Comparativo mensal entre *Erros de digitação* e *Digitação de erros*

Com base na pesquisa inicial, os gráficos 3 e 4 fazem um levantamento da quantidade de erros nas modalidades *erros de digitação* e *digitação de erros*, respectivamente. Em relação à primeira, foram levantadas quatro categorias: *Divisão silábica*, *Ortografia*, *Pontuação* e *Preposição*.

Verifica-se que há um equilíbrio entre as duas primeiras categorias, com três casos cada, e a última categoria, com duas ocorrências. Entretanto, ocorre uma elevação nos erros de *Pontuação*, chegando a 12 exemplos.

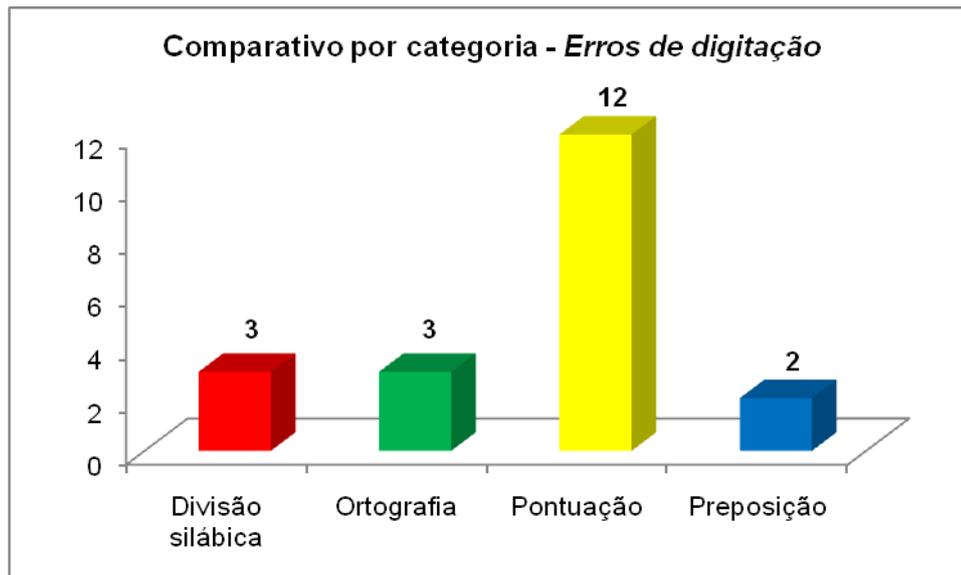


Gráfico 3 – Comparativo por categoria de *Erros de digitação*

No gráfico 4, nota-se a divisão da *digitação de erros* em 12 categorias: *Ambiguidade, Colocação pronominal, Concordância nominal, Concordância verbal, Crase, Expressões fixas, Normas de redação, Notações léxicas, Ortografia, Pontuação, Regência nominal e Regência verbal.*

O que se vê é uma distribuição proporcional das ocorrências em 11 das 12 categorias levantadas, cujos exemplos variam de dois a 13. Assim como nos *erros de digitação*, a categoria *Pontuação* foi a de maior aumento dos casos, com 131 exemplos encontrados, o que representa 61% de todo o *corpus*.

Dessa forma, pode-se afirmar que a *Pontuação* é a grande ‘vilã’ dos erros publicados pelo jornal *Super Notícia*, seja de qualquer modalidade. Categorias como *Crase, Ortografia, Regência nominal, Colocação pronominal e Regência verbal*, que poderiam colaborar com um acréscimo das ocorrências devido a dúvidas recorrentes entre os profissionais do texto, não influenciaram de maneira crítica o resultado da quantificação.

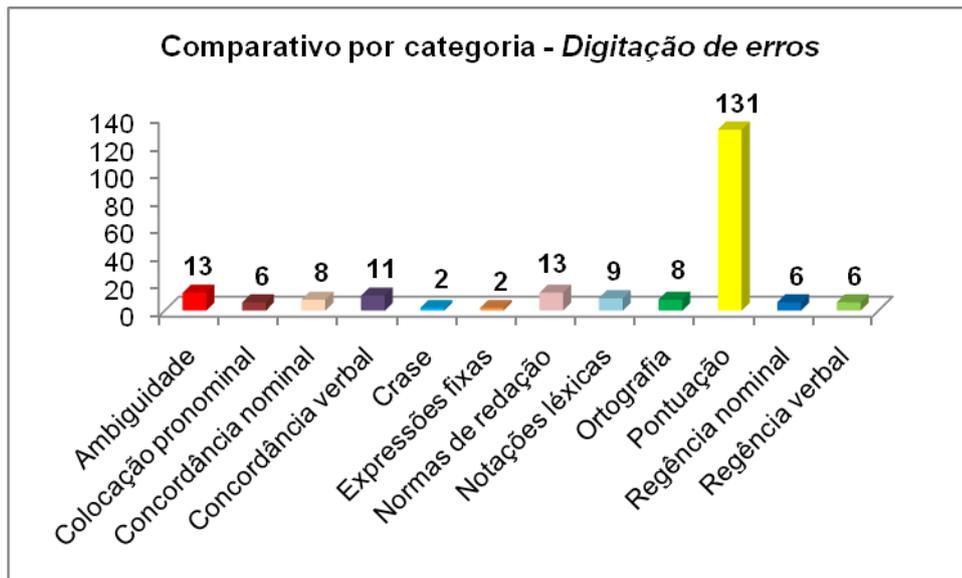


Gráfico 4 – Comparativo por categoria de *Digitação de erros*

8 Conclusão

Este artigo teve a intenção de identificar e classificar, qualitativa e quantitativamente, dos erros de redação publicados nas notícias factuais do tipo *Tit 3* da editoria *Cidades* do jornal *Super Notícia*, separando-os em dois tipos distintos: o que se chamou de *erros de digitação* e *digitação de erros*.

O presente estudo revela que os jornalistas e/ou redatores do *Super Notícia* parecem ter muita dificuldade em aplicar as regras gramaticais que sistematizam a língua portuguesa, seja por compreensão parcial ou por desconhecimento total das normas.

Com a análise quantitativa, observa-se que a maior concentração de erros ocorreu no mês de novembro de 2009, com sete *erros de digitação* e 65 exemplos de *digitação de erros*. Além disso, houve uma diminuição gradativa das ocorrências ao longo do tempo, ou seja, de novembro de 2009 a fevereiro de 2010, os jornalistas do *Super Notícia* publicaram menos notícias com *erros de digitação* ou *digitação de erros*.

Conclui-se, também, que a maior parte dos erros está inserida na categoria *Pontuação*. A colocação da vírgula é o principal fator que colabora para que haja inadequações observadas no *corpus*.

Espera-se, portanto, que esta investigação possa contribuir para o aprimoramento não apenas a redação do periódico analisado, mas também de toda a imprensa escrita, além de fornecer subsídios para a reflexão sobre a prática jornalística.

Deve-se ressaltar que escrever um texto informativo de forma cuidadosa, clara, objetiva e de acordo com a variedade padrão da língua portuguesa faz parte da ética jornalística, o que demonstra respeito ao leitor, público-alvo dos veículos de comunicação em geral.

Referências bibliográficas

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. 696 p.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006. 285 p.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991. 256 p.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da Redação**. São Paulo: Publifolha, 2006. 391 p.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2001. 78 p. (Série Princípios).

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2008. 174 p. (Coleção Comunicação).

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **Guia para a edição jornalística**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 198 p. (Coleção Fazer Jornalismo).

PERINI, Mário A. _____. **Pelos caminhos da perplexidade: uma receita para ler sem entender**. In: **Ensaio sobre leitura**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005. cap. 2, p. 33-46.

SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. **A arte de escrever bem: um guia para jornalistas e profissionais do texto**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007. 105 p.